

FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ - FAACZ

Graduação em Psicologia

Graziele Pasolini

Xayane Gabriéli Broetto

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
(TEA) NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Aracruz

2024

Graziele Pasolini
Xayane Gabriéli Broetto

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
(TEA) NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Psicologia das Faculdades
Integradas de Aracruz, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em
Psicologia.

Orientador: Prof. Eduardo Luiz Hubner Pereira

Aracruz
2024

Graziele Pasolini
Xayane Gabriéli Broetto

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
(TEA) NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Psicologia das Faculdades
Integradas de Aracruz, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em
Psicologia.

Psi. Dany Wendel Garcias Silva

Prof. Eduardo Luiz Hubner Pereira

Prof. Danielle Guss Andrade

Aracruz, 09 de dezembro de 2024.

Dedico esse trabalho a todos que me apoiaram e estiveram ao meu lado nesta caminhada, todo apoio foi essencial para o meu crescimento.

Graziele Pasolini

Esse trabalho dedico com muito amor a quem, abaixo de sol, dirigiu um caminhão dia após dia, para que eu, na sombra, pudesse dirigir a minha vida no caminho dos meus sonhos.

Xayane Gabriéli Broetto

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao autor da minha história nesse curso, Deus. Que com sua perfeição e sabedoria me deu condições e força. Esteve comigo ao entrar pela porta desta universidade e agora, saindo para trilhar o meu caminho.

Aos meus pais e irmãos transmito eterna gratidão que não cabe em palavras. Vocês foram o sustento em meio a desafios e dificuldades e, o meu maior incentivo nesta jornada. Agradeço também aos meus avós que sempre me inspiraram, principalmente o senhor Olívio *in memoriam*, que adorava me contar como aprendeu as poucas palavras que sabia ler e escrever, usando folhas de bananeira, na roça. Aos meus amigos, professores e outras pessoas especiais que sempre me incentivaram e me encorajaram. O carinho, aprendizado e o suporte de vocês foram fundamentais para que eu pudesse vencer cada etapa desta jornada.

Agradeço também à clínica Abilitá pela oportunidade de viver a experiência inspiradora de trabalhar com crianças atípicas e conhecer cada vez mais desse universo.

A todos vocês o meu muito obrigada!

Graziele Pasolini

Agradeço ao meu Deus por me sustentar durante esses anos, sem Ele nada seria possível.

Agradeço aos meus pais por todo apoio e amor incondicional para que eu pudesse realizar o meu sonho. Agradeço a minha irmã por sempre estar comigo e me inspirar. Agradeço ao meu namorado por todo amor, paciência e por estar ao meu lado. Agradeço aos meus amigos por dividirem essa jornada com muito afeto. Agradeço a minha vó em vida e aos meus avós que são estrelas no céu. Agradeço aos meus professores por todo ensinamento passado.

E agradeço, também, a toda experiência que adquiri na clínica de terapia ABA, sendo fundamental para todo conhecimento atípico.

Xayane Gabriéli Broetto

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista, também conhecido como TEA, é um transtorno do neurodesenvolvimento que se caracteriza por comportamentos atípicos e dificuldades de interação social, sendo dividido por três subcategorias dentro de um único transtorno. No contexto educacional, em relação à inclusão de crianças autistas, existem muitos desafios, os quais se transformam no objetivo de que todo o ambiente escolar consiga se desenvolver para a completa inclusão das referidas crianças.

O objetivo do nosso trabalho é ressaltar a importância desta temática e, para que as práticas pedagógicas consigam acompanhar esses avanços, todo o nosso trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica. Durante nosso estudo, buscamos ressaltar e descrever como é realizada a inclusão dessas crianças no ambiente escolar.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Transtorno do Espectro Autista, Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Autism spectrum disorder, also known as ASD, is a neurodevelopmental disorder that is characterized by atypical behaviors and difficulties in social interaction, and is divided into three subcategories within a single disorder. In the educational context, in relation to the inclusion of autistic children, there are many challenges, which become the objective that the entire school environment can develop for the complete inclusion of these children.

The objective of our work is to highlight the importance of this topic and, so that pedagogical practices can keep up with these advances, all of our work was carried out through bibliographic research. During our study, we sought to highlight and describe how the inclusion of these children in the school environment is carried out.

Keywords: School inclusion, Autism Spectrum Disorder, Pedagogical practices.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1	Características do TEA	12
2.2	Marcos Históricos do TEA	14
2.3	Declaração de Salamanca.....	15
2.4	Lei nº 12.764/12	16
2.5	Inclusão no Ambiente Escolar.....	17
3	METODOLOGIA	23
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
4.1	Experiência em clínica de terapia <i>Applied Behavior Analysis</i>	25
4.2	Relato de vivência de Xayane.....	26
4.3	Relato de vivência de Graziele	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia é um campo que é frequentemente descrito como o estudo científico do comportamento e dos processos mentais, na medida em que investiga a razão por trás de nossas ações, emoções e pensamentos. Ela explora o que nos diferencia de outros seres vivos, bem como os aspectos que compartilhamos com eles. A psicologia examina o que é comum a todos os humanos, mas também as diferenças individuais em termos de ideias, personalidades e habilidades. Além disso, ela se interessa tanto pela formação de nossa identidade quanto pela compreensão de como nos tornamos quem somos.

Uma ciência que não se limita ao individual; a psicologia também analisa como nos comportamos em grupos, incluindo nossas percepções, interações e sentimentos em relação aos outros.

Para explorar essas questões, a psicologia aborda uma ampla gama de temas, muitos dos quais podem surpreender aqueles que não são da área. Esses temas se sobrepõem a áreas de estudo como biologia, antropologia, sociologia, filosofia, ciência política, ciência da computação e economia. Essa diversidade é necessária para compreender os diferentes aspectos de nossos pensamentos, ações e emoções.

A conexão entre psicologia e autismo está centrada na compreensão das necessidades e dos principais desafios enfrentados pela pessoa. Isso permite desenvolver estratégias de reforço positivo que favoreçam intervenções comportamentais, priorizando o bem-estar e a saúde mental do indivíduo. Para alcançar esse objetivo, é crucial que os profissionais estejam sempre capacitados e atualizados, adaptando-se às particularidades de cada paciente com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Tanto no atendimento a crianças quanto aos adultos, a atuação do psicólogo é fundamental para apoiar o desenvolvimento social, identificar necessidades e desafios, e incentivar a comunicação em pessoas com TEA.

Em vista disso, a psicologia pode desempenhar diferentes funções no Transtorno do Espectro Autista, incluindo a avaliação, o diagnóstico, a intervenção e o tratamento, o apoio às famílias, a educação e inclusão, bem como a pesquisa e o

desenvolvimento. Em resumo, a psicologia é essencial para ajudar as pessoas com TEA e suas famílias, melhorando sua qualidade de vida e promovendo sua inclusão na sociedade, nas escolas, e afins. O TEA é uma condição neurológica que influencia a comunicação, o comportamento e as interações sociais. Ele apresenta uma ampla gama de sintomas e intensidades, caracterizando-se por dificuldades na comunicação verbal e não verbal, desafios na interação social e padrões repetitivos de comportamento, interesses restritos ou atividades repetitivas.

Atualmente, o Autismo é considerado um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social e aprendizado (BENINI; CASTANHA; BENINI. 2016).

Indivíduos com TEA podem enfrentar desafios na forma como se comunicam, tanto verbalmente quanto não verbalmente. Isso pode incluir dificuldade em iniciar ou manter conversas, compreender e usar gestos corporais e expressões faciais, e desenvolver uma linguagem diversificada e expressiva. Além disso, podem exibir comportamentos repetitivos, interesses restritos e uma sensibilidade atípica aos estímulos sensoriais.

O processo de inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar é um assunto de grande importância e que demanda atenção especial. A inserção dessas crianças nas escolas convencionais tem como objetivo proporcionar-lhes acesso à educação de qualidade, valorizando suas diferenças e estimulando o desenvolvimento de suas aptidões.

Destaca-se que, para que a inclusão seja eficaz, é imprescindível que ocorra um trabalho em equipe envolvendo a instituição de ensino, os educadores, os pais e os profissionais de saúde adequados para tal. Ademais, é fundamental que a escola esteja apta para receber essas crianças, dispondo de infraestrutura adequada, materiais didáticos adaptados e, principalmente, oferecendo formação continuada para os profissionais participantes.

Frente ao exposto, é notório que a educação de uma criança portadora de autismo representa, sem dúvida, um desafio para todos os profissionais da Educação. A singularidade e a insuficiência de conhecimento sobre a síndrome nos fazem

percorrer caminhos ainda desconhecidos e incertos sobre a melhor forma de educar essas crianças e sobre o que podemos esperar de nossas intervenções (SERRA, 2004).

Nesse sentido, o presente tema foi escolhido pela necessidade de uma verdadeira inclusão de alunos com TEA no sistema educacional. Mesmo com avanços legislativos, sabe-se que muitas escolas ainda enfrentam desafios para incluir efetivamente crianças com TEA, razão pela qual o estudo em voga poderá proporcionar melhorias nas práticas pedagógicas, beneficiando não só os alunos com TEA, mas também, enriquecendo o ambiente escolar como um todo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Características do TEA

O Transtorno de Espectro Autista, também conhecido como TEA, é um distúrbio do neurodesenvolvimento, com condições de saúde que se caracterizam por um déficit na comunicação (verbal ou não verbal) e por comportamentos repetitivos e restritos.

Também é bastante comum se observar em crianças autistas respostas sensoriais e perceptuais peculiares, incluindo hiper ou hiposensibilidade a estímulos sonoros, visuais, táteis, olfativos e gustativos, além de alto limiar para a dor física e um medo exagerado de estímulos ordinariamente considerados inofensivos. Assim, é comum se observar crianças autistas cobrindo os ouvidos e chorando ao ouvir sons triviais, como sons de uma descarga de banheiro ou de pessoas falando alto, ou, ao contrário, não emitindo qualquer resposta observável a estímulos sonoros em alto volume, como alguém batendo em uma panela ao seu lado (SILVA; MULICK Apud. E.G., CHARMAN, & BAIRD, 2002; FILIPEK ET AL., 1999; NEWSOM & HOVANITZ, 2009, p. 120).

O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (APA, 2014), traz informações muito importantes sobre as características do TEA. Segundo o manual, para a criança ser diagnosticada com transtorno de espectro autista, ela precisa apresentar no mínimo seis dos doze sintomas listados na tabela 1 (um) do referido manual. Porém, dos seis sintomas diagnosticados, dois deles devem ser da área de interação social, um da área de comunicação e um de comportamentos repetitivos, restritos e estereotipados.

Ademais, ressalta-se que a criança precisa apresentar comportamentos atípicos até os três anos de idade, sendo que esses comportamentos precisam ser pelo menos um no âmbito de interação social, dois em linguagens que tenham foco na comunicação e três com jogos simbólicos.

O DSM-5 (APA, 2014) e a CID-11 (Classificação Internacional de Doenças) entendem o autismo dentro de um único espectro ou categoria, variando em níveis de gravidade, baseado na funcionalidade (DSM-5) ou em níveis de deficiência intelectual e linguagem funcional (CID-11).

O TEA é dividido em três níveis diferentes: leve, moderado e severo, conforme depreende-se do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2014).

O autismo leve, também conhecido como nível 1, pode ser identificado em indivíduos que apresentam nível de inteligência mais elevado e não apresentam comportamento agressivo. Nesses casos, o indivíduo apresenta pouca necessidade de suporte, possui características como interesses específicos ou restritos a algo, comportamentos repetitivos, movimentos desajeitados, dificuldade de interação social, onde evitam atividades em grupo e, dificuldades para iniciar uma conversa.

Porém, como essas características se apresentam de maneira mais leve, as dificuldades não limitam tanto a interação social. No comportamento repetitivo, por exemplo, a criança pode apresentar o balançar com as mãos e com o corpo, tendo interesses restritos e concentrando-se em objetos e tópicos específicos.

O autismo moderado, também conhecido como nível 2, apresenta déficits que são significativos na comunicação da criança, razão pela qual precisam de mais suporte. Possui características como o déficit aparente na comunicação, baixa interação social, dificuldade na mudança de rotina, comportamento repetitivo e dificuldade para manter o foco. Portanto, não conseguem manter uma conversa, falam pouco e apresentam dificuldades com a comunicação não verbal, apresentando mais desafios.

O autismo severo, também conhecido como nível 3, é o nível onde os sujeitos mais precisam de suporte, pois é o grau mais elevado do transtorno. Muitos indivíduos que têm o TEA severo são não verbais, ou seja, não usam a fala para se comunicar. Possuem características como limitação da interação social, inflexibilidade no comportamento, déficits de comunicação mais graves e problemas para ter independência.

No nível 3, déficits na comunicação social causam prejuízos que são notáveis, como dificuldades para a interação social e os comportamentos repetitivos e restritos, os quais causam grande interferência no funcionamento social do indivíduo, gerando sofrimento para mudar suas ações. Outrossim, crianças que possuem o transtorno do nível 3, fazem pouco ou nenhum contato visual, possuem o brincar diferente de outras

crianças e apresentam preferência por objetos específicos, o que é incomum para outras pessoas.

Portanto, entendemos que o TEA possui 3 níveis diferentes, o nível 1 se enquadra por apresentar sintomas amenos, por isso é denominado como leve, o nível 2 pode apresentar sintomas mais atípicos, configurando a faixa intermediária do autismo, e o nível 3 é o último e mais grave, podendo apresentar sinais de dificuldades na comunicação verbal e em lidar com eventos inesperados.

2.2 Marcos Históricos do TEA

O conceito de autismo surgiu no século XX, porém somente na década de 40 foi empregado pelo médico e psiquiatra Dr. Leo Kanner (1943), o termo “autismo infantil precoce”. O referido termo foi utilizado para um grupo específico de crianças que possuíam características semelhantes, as quais foram observadas durante primeira infância.

Na mesma época, o Dr. Hans Asperger (1944) também identificou um grupo específico de crianças que tinham traços em comum, as quais eram chamadas de pequenos professores, devido ao domínio que tinham sobre um determinado assunto. Diante de tal percepção, o Dr. Asperger (1944) escreveu o artigo "A psicopatia autista na infância", porém seu estudo não teve muita repercussão na época, sendo reconhecido somente em 1980.

Durante os anos 50, surgiram dúvidas quanto à natureza do autismo. O psiquiatra austríaco Dr. Leo Kanner (1943) criou a hipótese de que o autismo tinha origem no comportamento frio das mães para com os filhos desde o nascimento até a primeira infância, o que instituiu o rótulo "mãe-geladeira". Entretanto, nos de 1960, foram crescendo as evidências sobre o autismo ser um transtorno cerebral presente na vida desde a infância.

O psiquiatra Dr. Michael Rutter (1978), por sua vez, classificou o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo. Ele propôs essa definição com base em quatro critérios: Atraso e desvio social, problemas de comunicação, comportamentos incomuns e início dos sintomas antes dos 30 meses de idade.

A definição criada pelo Dr. Michael Rutter (1978) influenciou de forma positiva a elaboração do DSM-5 (APA, 2014), momento em que o autismo foi reconhecido pela primeira vez e classificado como Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID).

Posteriormente, a psiquiatra Dra. Lorna Wing (1991) desenvolveu o conceito de autismo como um espectro. Seu trabalho trouxe atenção para o TEA, bem como revolucionou a forma como o autismo era considerado na época de 1980.

Com o passar dos anos, houve uma grande evolução com atualizações do espectro. Atualmente, o DSM-5 (APA, 2014) possui subcategorias do autismo em único diagnóstico chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA), no qual os indivíduos são diagnosticados em um único espectro, porém em níveis diferentes do transtorno.

2.3 Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais na Espanha, é um documento crucial que defende a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional regular. Ela ressalta a importância da educação inclusiva, que atenda às necessidades individuais de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

Ademais, a Declaração destaca que todas as escolas devem aceitar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Ela também enfatiza a necessidade de uma abordagem centrada no aluno, reconhecendo as diferenças individuais e promovendo a participação ativa de todos os estudantes no processo educacional.

Cumprir registrar que a referida Declaração foi um marco importante na promoção da educação inclusiva globalmente, influenciando políticas educacionais e práticas em muitos países. Desde então, a Declaração de Salamanca tem sido um ponto de referência para a promoção da inclusão educacional, levando muitos países a revisarem suas políticas para incluir mais crianças com deficiência nas escolas regulares.

Como posto na referida Declaração:

Nós delegados à Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais, representando noventa e dois países e vinte cinco organizações internacionais, reunidos aqui em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Julho de 1994, reafirmamos, por este meio, o nosso compromisso em prol da Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no quadro do sistema regular de educação, e sancionamos, também por este meio, o Enquadramento da Ação na área das Necessidades Educativas Especiais, de modo a que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito das suas propostas e recomendações (BRASIL, 1994).

Nesse sentido, Bueno, Mendes e Santos (2008) afirmam que as nomeadas necessidades educacionais especiais são a expressão real das crianças com deficiência. Explicitam também que a Declaração de Salamanca não cita, em momento algum, o termo “Educação Especial”, evidenciando que o conteúdo “necessidades educacionais especiais” engloba toda a população, sendo ela deficiente ou não, mas claro, incluindo as pessoas com deficiência.

2.4 Lei nº 12.764/12

A Lei nº 12.764/12 (BRASIL, 2012), também conhecida como Lei Berenice Piana, foi um marco importante para garantir os direitos e promover a inclusão social das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Brasil. Essa legislação estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, trazendo diversos benefícios e direitos para essa parcela da população.

Entre os principais pontos abordados pela Lei Berenice Piana estão o direito à saúde, à educação, ao atendimento prioritário e o apoio às famílias, que serão abordados em seguida.

A lei define claramente o Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo a pessoa com TEA como um sujeito de direitos, garantindo-lhe proteção integral e acesso a serviços de saúde, educação e assistência social.

Quanto ao direito à saúde, a legislação assegura o acesso das pessoas com TEA aos serviços de saúde, incluindo diagnóstico precoce, tratamento multiprofissional e acesso a medicamentos e terapias necessária. A Lei também

garante o acesso das pessoas com TEA à educação escolar, promovendo sua inclusão nas escolas regulares e garantindo a oferta de apoio especializado quando necessário.

Em relação ao atendimento prioritário, a Lei estabelece que as pessoas com TEA têm esse direito tanto em serviços públicos quanto em privados, visando garantir a plena participação desses indivíduos na sociedade.

Por fim, ressalta-se que a legislação reconhece a importância do apoio às famílias das pessoas com TEA, garantindo-lhes acesso a informações, orientações e serviços de apoio. Desse modo, a Lei Berenice Piana foi um avanço significativo na garantia dos direitos das pessoas com TEA no Brasil, contribuindo para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida das mesmas.

Em relação à educação, a adaptação da criança autista no ambiente escolar gera preocupação à família e à escola. Nesses momentos, é preciso refletir quais adequações a escola necessita para receber a criança.

É notório que a inclusão escolar não é uma tarefa fácil, pois é necessário que haja responsabilidade e compromisso tanto por parte da família da criança, quanto por parte de toda a rede escolar. O ato de incluir pode ser visto somente como algo obrigatório, mas amplia o contexto de interações sociais e estimula as habilidades da criança, auxiliando em seu desenvolvimento, haja vista que a escola é um ambiente onde se desenvolve suas competências sociais e cognitivas.

2.5 Inclusão no Ambiente Escolar

Quando a criança autista, no ambiente escolar, gera preocupação de como será sua adaptação pela família e pela escola, são nesses momentos que se deve parar para refletir o quanto a escola necessita de adequações. A inclusão escolar não é uma tarefa fácil, pois é necessário que haja uma responsabilidade e compromisso da família da criança e de toda a rede escolar.

O ato de incluir pode ser visto somente como algo obrigatório, mas amplia o contexto de interações sociais e estimula as habilidades da criança, auxiliando no

desenvolvimento da própria inclusão. Sendo a escola, um ambiente onde se desenvolve as competências sociais e cognitivas da criança.

A inclusão escolar vem sendo cada vez mais questionada e inserida em nossa atual sociedade, sendo um processo a ser realizado para a garantia de que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade. O ato da inclusão proporciona às crianças a serem ativas na escola, porém devem ser feitas estratégias adequadas que consigam atender as demandas individuais de cada criança.

Contudo, antes de serem crianças com necessidades especiais, são crianças com sentimentos e sonhos. Elas precisam de cuidado, afeto, proteção e, acima de tudo, igualdade. Todos têm a possibilidade de aprender, independentemente de suas dificuldades e particularidades. Crianças especiais devem ser vistas, acima de tudo, como crianças (GIOLO; GARCEZ Apud. SILVA; ARRUDA, 2022, p. 177).

É necessário que seja criado um ambiente inclusivo com recursos específicos para que ocorra o desenvolvimento de cada criança, a organização da sala de aula é de extrema importância para um bom empenho, com a utilização de materiais adequados e tendo estratégia pedagógica. Portanto, precisa existir uma comunicação clara, propondo a interação entre os alunos e incentivando a colaboração para que se tenha um ambiente escolar respeitoso. Além disso, o envolvimento dos pais é muito importante, pois fornece o suporte fundamental nesse processo.

Para que uma inclusão aconteça, o professor precisa fazer um plano de estudo adequado para a criança e, em consequência, o mesmo precisa da ajuda da escola que deve prestar auxílio nesse processo, fortalecendo o alcance de uma educação inclusiva que tenha qualidade.

Não obstante todo o esforço do profissional da educação, é necessário considerar um processo de formação inicial continuada, de modo a preparar o educador para trabalhar com esses alunos, aperfeiçoando-o cada vez mais. Desta forma, não basta apenas garantir o acesso às escolas regulares a crianças autistas, sendo preciso também ponderar como esse aluno será recebido pela escola, pelo professor e pelos colegas (GIOLO; GARCEZ Apud. Matias & de Souza, 2022, p.176).

Mesmo com todos os desafios que surgem ao longo da inclusão, ela deve continuar sendo realizada, não somente porque existe lei que obrigue este ato, mas porque toda criança deficiente precisa descobrir seu potencial como aluno.

As escolas precisam buscar se adaptar e procurar por manejos que facilitem a inclusão das crianças autistas, tendo como objetivo eliminar obstáculos e incentivar a participação de todo meio escolar.

De acordo com Cabral e Marin (2017), ainda há certa carência em relação à inclusão de crianças autistas no ensino regular. É necessário que as escolas e professores tentem se aperfeiçoar cada vez mais, para estar a par de todos os conceitos relativos à inclusão. Deve-se buscar sempre a forma mais correta de trabalhar com essas crianças, tentando sempre incluir e não excluir.

Desafios sempre irão existir, por isso é essencial o conhecimento dos profissionais e o apoio escolar e familiar para que o processo de inclusão consiga fluir de forma mais leve para a criança, sendo importante a participação de todos que estão envolvidos.

Isto posto, para o avanço da criança autista e o processo de inclusão é importante que essa criança tenha contato com outras crianças e interaja, tendo possibilidades no progresso das experiências sociais.

Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo para todas as crianças. Isso aponta para a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão se efetive (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 70).

Portanto, com a chegada da criança na escola, deve ser trabalhado além dos conteúdos escolares, é necessário que seja feito um trabalho contínuo com a criança, afim de estimular as atividades que fazem parte de sua rotina.

Jerusalinsky (2010) destaca o valor terapêutico da escola para as crianças autistas, pois nela ocorre a circulação dos objetos e a integração social. Nesse mesmo sentido, Bastos e Kupfer (2010, p.117) consideram que a ida à escola das crianças com transtornos graves tem valor terapêutico e "a escola pode contribuir para a retomada ou para a reorganização da estruturação perdida para a criança". Dessa forma, percebemos o valor da inclusão na vida de uma criança autista e como vínculo que o ambiente escolar oferece pode abrir novos caminhos e possibilidades sociais para a criança.

Grossi et. al. (2019) enfatiza que, no Brasil, o direito à educação é assegurado por meio da Constituição Federal de 1988, no artigo 208 e inciso III, com a seguinte redação: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Já a LBDN 9.394/96 faz com que a educação das pessoas com deficiência seja vista como uma educação de caráter inclusivo. Portanto, a educação especial vem sendo discutida já há algum tempo.

Vale ressaltar que o Transtorno do espectro autista é um transtorno do desenvolvimento neurológico que apresenta dimensões de comportamento como a interação social recíproca; comunicação e linguagem; interesses restritos e comportamentos repetitivos e estereotipados, conforme na 5ª versão do DMS. A partir das Leis de inserção das crianças com os transtornos globais do desenvolvimento, muitas matrículas são realizadas todos os dias, principalmente crianças com TEA e TDAH numa velocidade que a própria escola não está conseguindo se organizar para recepcionar os alunos e adequá-los ao ambiente escolar e à atividade pedagógica.

Atualmente, as escolas têm contado com a contribuição de professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), os Auxiliares de Professores da Educação Básica (APEB) e equipes psicossociais que, no município de Aracruz, se encontram no ambiente escolar. Considerando que após várias discussões no âmbito federativo, os Conselhos Federal de Psicologia e do Serviço Social buscaram, por três anos, a aprovação da Lei 13.935/2019 (BRASIL, 2019) que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, conforme artigo 1º nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, uma vez que ela assegura a presença de equipes multiprofissionais em decorrência do atendimento às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, ou seja, estes profissionais tem muito a contribuir com a escola no enfrentamento aos desafios que se apresentam cotidianamente nos espaços escolares.

Portanto, a função destes profissionais tem ajudado a unificar o conhecimento fisiológico com o desenvolvimento escolar das crianças através do Plano de Ensino Individual do Aluno (PEIA) que é realizado pelo professor regente de sala de aula, a pedagoga, a professora de AEE, ABEPs e os pais dos alunos com deficiências.

Mesmo com estes profissionais a demanda ainda é grande, demonstrado que a escola precisa do apoio do Poder Público com relação a reformas e adequações dos

espaços escolares para que o direito de ir e vir também seja garantido, pois muitas ainda possuem a mesma estrutura escolar quando ainda não se falava em educação especial e inclusiva.

Quando se pergunta se as escolas privadas e públicas estão preparadas com materiais adaptados, individualizados, com estímulos e organização para receber em salas de aulas os alunos com TEA, a resposta dos professores é que não estão preparados para que em uma única sala de aula comporte mais de 3 alunos com TEA e outras deficiências e que é um dos grandes desafios enfrentados pelo corpo discente, docente e administrativos, a realizar a inclusão das crianças com deficiências e transtornos já que a demanda só cresce nas escolas.

Ainda, atualmente, os maiores obstáculos são a não aceitação desse público no ambiente escolar por alguns profissionais da educação, ora também são pelos pais e responsáveis que buscam na escola a normalidade da criança, pois acredita que ela se desenvolvendo na parte pedagógica, esta dirá que o filho é normal, pois aprender a ler e escrever é o único caminho para uma vida de trabalho e estabilização.

Porém, a equipe psicossocial, junto aos demais profissionais da educação tem realizado encontros com todos que possuem crianças com deficiências e demais transtornos para conversar no individual e orientá-los referente aos seus filhos sobre as psicoterapias, consultas com profissionais e medicações quando o pai não administra as mesmas.

Sendo assim, a escola, na pessoa da direção e funcionários, tem conversado com os outros setores da saúde, assistência e transporte sobre as dificuldades encontradas pelos pais das crianças com TEA, utilizando-se da escuta para intervir na compreensão de aceitação e de como trabalhar com os autistas. Lembrando que as equipes psicossociais vêm conversando e trabalhando a questão do comportamento dos pais e, em paralelo, com os filhos e professores. Acredita-se que seja o maior desafio de muitos ambientes.

A conversa até a presente data tem sido o maior transformador sobre a concepção do trabalho escolar e a inclusão, essa tem ocorrido mais rápido, dificultando todo aprendizado das outras crianças. É relevante entender que apesar da educação básica ser um direito de cada cidadão, o que ocorre ainda é a não efetivação desse direito a todos(as). Pois, as expressões da questão social que perpassam pela pobreza, raça, violência dentre outros fatores vão influenciar na

permanência dos estudantes no contexto escolar e isso também serve para as crianças e adolescentes com TEA. Todavia, a escola tem realizado o que é possível no momento com todos envolvidos no desenvolvimento das crianças com os transtornos, buscando entender e ajudar.

3 METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho volta-se para inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. Diante desse contexto, surge a seguinte problemática: Como se dá o processo de inclusão das crianças com TEA no ambiente escolar?

Este projeto tem como objetivo geral descrever como ocorre a inclusão de crianças com TEA nas escolas.

A partir desse objetivo geral, direciona-se para o estudo os objetivos específicos, quais sejam: I. Revisar o impacto da inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar; II. Descrever os principais obstáculos das instituições de ensino na integração de crianças com TEA, abordando aspectos como infraestrutura e capacitação dos profissionais.

Para responder a indagação do problema e ao objetivo geral, foi utilizado, como método, a pesquisa bibliográfica narrativa, que será fundamentada em artigos acadêmicos científicos, capítulos de livros, teses e dissertações para que se estabeleça um embasamento que forneça informações atualizadas para a estruturação deste trabalho.

Para tanto, optamos pela realização de uma revisão bibliográfica narrativa, que consiste em uma revisão mais ampla, a fim de construir uma análise que abranja mais a literatura encontrada sobre o assunto que aqui problematizamos. Sendo adequada conforme a fundamentação teórica de artigos, dissertações e outros trabalhos. Esse tipo de revisão consiste em discutir um determinado tema e não utiliza fontes de informações que sejam tão rigorosas, como em outros tipos de revisão.

A “revisão narrativa” não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso (BIBLIOTECA, 2015, p. 1).

Neste trabalho, foram analisados artigos e livros publicados sobre o tema, para contribuir com a elaboração e atualização da pesquisa. Como palavras-chaves foram utilizadas: inclusão, ambiente escolar, crianças, Transtorno do Espectro Autista e autismo.

Para embasar a presente pesquisa, foram utilizados materiais de autores como Benini, Castanha e Benini (2016), Serra (2004), como também o CID-11 e o DSM-5 (APA,2014), o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

Como acréscimo à metodologia central utilizada para a análise e discussões de dados, apresentaremos breves relatos, de cada autora, de experiências vivenciadas em clínicas especializadas na clínica do autismo, com atendimentos de crianças com TEA.

O relato de experiência é um tipo de texto onde se consegue descrever toda a experiência em vivências e observações que as autoras têm. Sendo realizado com foco em uma área prática, descrevendo fatos e os impactos que essa experiência trouxe para a vida de cada uma. O objetivo é realizar o compartilhamento dessas experiências, desafios e conhecimentos que são relatados.

Portanto, a revisão bibliográfica foi onde realizou-se toda uma tentativa de análise das informações encontradas em diversos documentos, de forma que a literatura encontrada pudesse contribuir para a base dessa pesquisa, sendo essencial para a construção desse trabalho.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Experiência em clínica de terapia *Aplied Behavior Analysis*

Conforme debatemos na revisão de literatura, o aspecto específico da inclusão no ambiente escolar nos remete diversos desafios que ainda necessitam ser superados, como a formação contínua dos professores e demais profissionais da educação, o aumento da conscientização sobre o TEA entre a comunidade escolar e ampliação das estratégias pedagógicas e recursos de apoio. Para muitas pessoas a inclusão pode ser vista como algo obrigatório, mas ela promove um impacto positivo no ambiente escolar e desenvolvimento de valores.

Ao logo desse estudo, podemos ressaltar que a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar quando realizada com devido apoio e estratégias pedagógicas individualizadas é de fato relevante para todos os envolvidos. Porém, tal esforço deve ser contínuo para capacitação dos professores e profissionais, disponibilidade de recursos e a promoção de uma cultura de aceitação e respeito à diversidade. Vale ressaltar que a inclusão não se resume à presença física do aluno com TEA no ambiente escolar, como também deve abranger uma verdadeira adaptação do ambiente escolar para atender suas necessidades específicas. Ademais, o apoio e a conscientização da comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis, são fundamentais para o processo de inclusão tenha resultados positivos.

Em função da especificidade dos TEA, a inclusão de crianças com tal diagnóstico provoca discussões frequentes sobre formas possíveis de intervenção na escola. Nesse sentido, faz-se necessário que o professor tenha conhecimento sobre as características de cada aluno com TEA para a construção das aulas e sua inclusão na turma (CABRAL; MARIN Apud. FERRAIOLI; HARRIS, 2017, p. 4).

Aqui serão apresentados relatos de vivência pelas autoras em clínicas de terapia *Applied Behavior Analysis* - ABA, ou Análise do Comportamento Aplicada, e serão relatados um pouco de nossa experiência dentro da clínica e o olhar técnico que conseguimos ter diante de todo esse processo de inclusão.

4.2 Relato de vivência de Xayane

Meu nome é Xayane Gabriéli Broetto, tenho 22 anos, sou estudante do 10º período de psicologia e, atualmente, trabalho em uma clínica de terapia ABA na cidade de Aracruz.

Na clínica onde trabalho, são realizados atendimentos com crianças autistas e fazemos a aplicação de terapia ABA. Os atendimentos são realizados de diversas formas, algumas crianças vão todos os dias da semana e fazem terapia por 2 horas ou 4 horas e outras crianças vão em dias diversificados e fazem terapia por 2 horas ou 4 horas.

A terapia ABA é um método muito utilizado onde o foco é melhorar a qualidade de vida do paciente para que ele consiga desenvolver suas habilidades sociais e emocionais, tudo isso sendo realizado a partir dos comportamentos apresentados pela criança na sessão.

Na clínica onde trabalho existe uma hierarquia de cargos, temos supervisora, coordenadora, psicólogas e pedagogos (esses chamamos de líderes), terapeuta ocupacional, fonoaudióloga e terapeutas. Existe toda essa equipe multiprofissional para conseguir trabalhar cada habilidade da criança.

Os líderes são responsáveis por um número de crianças e montam a programação conforme a necessidade que cada criança apresentar. O terapeuta irá aplicar conforme estiver na programação, nessa programação existem diferentes atividades que podem ser feitas com a criança e tudo é acompanhado por um aplicativo chamado “ABA MAIS”, a partir dele conseguimos marcar todos os comportamentos que as crianças apresentam: estereotipa vocal, estereotipa motora, disruptivos, autolesão, recusas e também fazemos o acompanhamento da evolução da criança em cada atividade, marcando qual atividade consegue fazer de forma independente, se precisa de ajuda mínima ou máxima.

Todo esse trabalho é realizado durante a sessão, mas tendo os intervalos entre atividades e brincadeiras, também utilizamos o hiperfoco da criança como reforçador. Durante esses atendimentos temos o acompanhamento do líder responsável pela criança ao qual o terapeuta estiver atendendo e eles fazem essa sobreposição do

atendimento para observar como está a interação do terapeuta e paciente, como essa criança está recebendo as demandas, quais são os pontos que melhorar do atendimento (formas de manejo) e quais atividades a criança está evoluindo ou regredindo. Após a sobreposição, fornecem um *feedback* com dicas e observações que pontuaram sobre o atendimento.

A clínica tem um espaço bem dividido, cada sala comporta em média 2 a 5 crianças, temos sala de fonoaudiologia e terapia ocupacional para que sejam realizados os atendimentos também por essas profissionais e, temos uma sala para que, quando uma criança estiver em disruptivo, consiga ir com o terapeuta se acalmar, sendo realizado o manejo até essa criança conseguir se acalmar para voltar e fazer as atividades.

Realizamos também o acompanhamento de nossas crianças na escola, muitos terapeutas aplicam a terapia na escola e os líderes têm essa parceria com a escola para saber como está sendo o desenvolvimento dessas crianças e montam a programação de atividades de acordo com a necessidade que cada uma pode apresentar na escola. Mas, essa não é uma realidade que todas as crianças têm, muitas salas, sendo de escolas públicas ou particulares, contam somente com a professora e uma auxiliar para todos os alunos e acabam não tendo esse olhar individual e diferenciado que essas crianças precisam, para que consigam evoluir.

4.3 Relato de vivência de Grazielle

Meu nome é Grazielle Pasolini, tenho 24 anos e estou cursando o 10º período de psicologia. Atualmente, trabalho na Abilitá, clínica que atua com intervenção em ABA no transtorno do espectro autista (TEA) na modalidade focal e abrangente.

A clínica prepara programas de ensino individualizados elaborados por equipe interdisciplinar composta por psicóloga, psicopedagogos, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional e educador físico.

Na clínica, realizamos diversas atividades como coleta de dados, observações descritivas, supervisão, avaliação, intervenção. Também realizamos visitas escolares e domiciliares.

Atualmente, atuo como assistente técnica da psicóloga, realizando várias funções, uma delas é a visita escolar, onde consigo observar a criança no ambiente escolar, seus comportamentos, como acontece a inclusão, como são realizadas as atividades e como a criança atípica responde a essas demandas, sabendo ou não realizá-las, entre outros. Essa observação acontece de forma discreta e quase imperceptível, para não enviesar o processo de coleta de dados da observação.

Ao longo do ano de 2024, realizei diversas visitas nas escolas do município de Aracruz e região e pude perceber uma grande diferença entre a inclusão nas escolas públicas e a inclusão nas escolas particulares. Percebo que, a inclusão acontece de fato nas escolas públicas, onde se tem uma equipe maior, uma equipe capacitada e disponibilizada para o atendimento individual da criança atípica. Nas escolas públicas que visitei, a sala de aula possuía muitos estímulos interessantes para as crianças, sendo: professora, equipe de apoio de sala de aula, cuidadoras, equipe responsável pelo bem estar, aprendizado, inserção da criança nas atividades, momentos de lazer, recreação e necessidades básicas.

Nas escolas particulares o cenário é um pouco diferente, pude perceber equipes reduzidas, onde a criança que eu observava não tinha um profissional disponibilizado somente para ela, a professora trabalhava de forma mais solitária e a sala contava somente com um profissional de apoio para dar conta de todas as crianças atípicas e todas as crianças típicas no geral. Possuindo uma equipe menor, era notório o cansaço nos profissionais, desse modo, pude presenciar crianças atípicas desorientadas, muita das vezes isoladas, pelos cantos da escola.

Observando os ambientes no geral, notei que a estrutura das escolas particulares conta com vários ambientes de lazer e recreação, porém são ambientes pouco utilizados pelas crianças autistas, muita das vezes por falta de orientação e incentivo dos profissionais. O momento de lanche é um momento individual e não coletivo, isso também dificulta a inclusão das crianças atípicas, contribuindo para o isolamento das mesmas. Com isso, pode-se relatar que uma equipe reduzida dificulta a inclusão da criança autista no meio escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresentou uma análise com base em uma revisão bibliográfica sobre como ocorre a inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar, revelando uma realidade que não é fácil, contudo, é necessário que haja responsabilidade e compromisso da família e de toda a rede escolar. A partir disso, revisamos ao longo desse trabalho o papel dos profissionais de educação, o processo de inclusão das crianças com TEA e as estratégias pedagógicas.

Sendo as estratégias pedagógicas procedimentos que tem como objetivo identificar a necessidade de cada indivíduo, desenvolvendo métodos e práticas que contribuam para a melhoria da criança atípica.

Existem diversas formas de implementar tais estratégias, como um ambiente seguro e estruturado para que a criança se sinta confiante e acolhida, levando em conta as características individuais da criança para que ela apresente um bom desempenho.

A formação contínua é essencial para que os educadores superem suas limitações e desenvolvam práticas inclusivas mais eficazes. As percepções dos docentes impactam diretamente na inclusão e no aprendizado dos alunos com TEA. Com isso, o fortalecimento da formação docente é crucial para a implementação efetiva da inclusão escolar de crianças com TEA, garantindo que elas possam acessar o currículo regular de forma adequada.

O apoio entre docentes e uma melhor formação são destacados como essenciais para uma inclusão efetiva. A interação entre alunos com TEA e seus pares é pouco abordada, embora crucial para o desenvolvimento social. A falta de suporte e formação adequada gera sentimento de impotência nos educadores, indicando a necessidade de um ambiente escolar inclusivo e colaborativo. A autoeficácia docente, influenciada por experiências, feedback e apoio emocional, é vital para o sucesso das práticas inclusiva.

A escola precisa promover esse suporte ao aluno com TEA, sendo um espaço utilizado para o desenvolvimento dessa criança, sempre buscando incentivar a autonomia da mesma. Podendo pensar em um ensino diferenciado de acordo com a

necessidade de cada um, fazendo a adaptação de conteúdo, atividades para cada aluno e promovendo brincadeiras que envolvem outras crianças, pois através do brincar conseguimos desenvolver diversas habilidades como a comunicação, a interação e, conseqüentemente, a inclusão social.

Dessa forma, pode-se concluir que, conforme discutido ao longo desse trabalho, o processo de inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar não é algo simples, pois perpassa por diversos desafios e vem sendo cada vez mais questionado. Portanto, esse assunto deve ser cada vez mais discutido, assegurando dessa forma o reconhecimento e a necessidade de garantir uma educação inclusiva para crianças com TEA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA, American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 2014. Porto Alegre, RS: Artmed.

ASPERGER, Hans. **Die "Autistischen Psychopathen" in kindesalter**. Arch Psychiatr Nervenkr. 1944.

BASTOS, M B.; KUPFER, M. C. M. A escuta de professores no trabalho de inclusão escolar de crianças psicóticas e autistas. **Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas**, 15(1), (p.116-125). 2010. São Paulo, SP: USP – Instituto de Psicologia.

BENINI, Wiviane; CASTANHA, André Paulo; BENINI, W. Castanha. **A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum: desafios e possibilidades**. Cadernos PDE, Paraná, v. 1, 2016.

BIBLIOTECA, Prof. Paulo de Carvalho Mattos. **Tipos de Revisão de Literatura**. 2015. 9 f. - Faculdade de Ciências Agronômicas UNESP, Botucatu.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, 2012. p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm

BRASIL. **Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm.

BRASIL. **UNESCO & MEC-Espanha - Declaração de Salamanca e linha de ação: sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

BUENO, J.G.S. MENDES, G.M.L.; SANTOS, R.A. (Org.). **Deficiência e escolarização**: novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília, DF: Capes, 2008.

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. Inclusão Escolar de Crianças com Transtorno do Espectro Autista: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, ed. 142079, p. 1-30, 2017.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo**: revisão crítica da literatura. *Psicologia & sociedade*, v. 21, p. 65-74, 2009.

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **Educação em Revista**, v. 33, p. e142079, 2017.

GIOLO, Aline Machado; GARCEZ, Lívia. A inclusão de crianças autistas no ensino regular. **Aletheia**, Canoas, v. 55, n. 1, p. 168-191, jun. 2022.

GROSSI, M. G. R.; OLIVEIRA, E. E.; AGUIAR, F. A. A neurociência na formação inicial de professores: uma investigação científica. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 871-895, 2019. DOI:10.14393/ER-v26n3a2019-12.

International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD). OMS. Disponível em: <https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>.

JERUSALINSKY, A. Considerações preliminares a todo tratamento possível do autismo. **Psicologia e Argumento**, 28(61), 121-125. 2010.

KANNER, Leo. **Autistic disturbances of affective contact**. *Nervous Child*. 1943.

RUTTER, Michael. **Diagnosis and definition of childhood autism**. *J Autism Child Schizophr*. 1978.

SERRA, Dayse Carla Genero. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular**: desafios e processos. Programa de pós-graduação em Educação. Centro de Ciências e Humanidades. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Micheline; MULICK, James A. Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas. **Psicologia Ciência e Profissão**, [s. l.], n. 29 (1), p. 116-131, 2009.

WING, Lorna. **The relationship between Asperger's syndrome and Kanner's autism. In: Frith U, editor. Autism and Asperger syndrome.** Cambridge: Cambridge University Press; 1991. p. 93-121.